



INFORMATIVO GIAC 188, de 30 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)
- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)

- [9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima \(não comparecimento do governante\)](#)
- [11/6/2021 – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)
- [15/6/2021 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Amazonas Marcellus Campelo](#)
- [16/6/2021 – Oitiva do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel](#)
- [17/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(não comparecimento\) e do auditor do Tribunal de Contas da União \(TCU\) Alexandre Figueredo Costa Silva Marques \(oitiva adiada\)](#)
- [18/6/2021 – Audiência Pública Interativa com o médico infectologista Ricardo Dimas Zimmerman e com o médico Francisco Eduardo Cardoso Alves](#)
- [22/6/2021 – Oitiva de Osmar Terra](#)
- [24/6/2021 – Debate com a Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e com o epidemiologista Pedro Hallal](#)
- [25/6/2021 – Oitiva do Deputado Federal Luís Miranda \(DEM-DF\) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde](#)
- [29/6/2021 – Oitiva do Deputado Estadual do Estado do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior](#)
- [30/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(oitiva remarçada após o não comparecimento do empresário, no dia 17 de junho de 2020\)](#)
- [01/7/2021, às 10h – Oitiva do Sócio-Administrador da Precisa, Francisco Emerson Maximiano](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Agência Senado; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Acolhendo o pedido do MPF/AM, Justiça Federal determinou a inclusão de todos os indígenas do Amazonas na vacinação prioritária contra a Covid-19

Após ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal determinou que a União inclua todos os indígenas do Amazonas na primeira fase de vacinação prioritária contra a Covid-19. A liminar prevê a inclusão, no grupo prioritário, de indígenas que vivem em contextos urbanos ou em locais não cadastrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no prazo máximo de dez dias.

Ainda, de acordo com a decisão, a União e o Estado do Amazonas devem assegurar a destinação de

doses de vacina contra a Covid-19 e promover articulação imediata com os municípios do Amazonas e a sociedade civil para efetivar a vacinação prioritária de todos os indígenas do estado.

Íntegra

[Decisão liminar \(Ação Civil Pública nº 1011770-73.2021.4.01.3200, em curso na 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Amazonas\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal no Amazonas

MPF/MT e DPU acionaram a Justiça para que a União e o Governo do Mato Grosso vacinem indígenas residentes em áreas urbanas do estado

O Ministério Público Federal no Mato Grosso (MPF/MT) e a Defensoria Pública da União (DPU) protocolaram, na última sexta-feira (25), uma ação civil pública contra a União e o Governo do Estado de Mato Grosso a fim de que forneçam doses de vacina contra a Covid-19, em quantidade suficiente, para a imunização dos indígenas residentes em áreas urbanas do estado. Além disso, pedem que seja operacionalizada, de forma efetiva, uma campanha de vacinação, sem discriminação, e observando os princípios da universalidade e integralidade do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Mato Grosso

Reunião entre a Anvisa e o Instituto Butantan tratou sobre a pesquisa clínica da vacina Butanvac

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou, na segunda-feira (28), reunião com o Instituto Butantan para tratar sobre os dados atinentes à pesquisa clínica da vacina contra a Covid-19 Butanvac. De acordo com a autarquia, o protocolo de estudo clínico do imunizante já foi autorizado. Entretanto, para que a ButanVac possa ser testada em humanos, o Instituto Butantan deverá apresentar dados específicos à agência.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Vacinas contra a Covid-19 são incorporadas ao Sistema Único de Saúde

Após parecer favorável emitido pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), o Ministério da Saúde, mediante publicação da [Portaria GM/MS nº 1.446, de 29 de junho de 2021](#), incorporou as vacinas AstraZeneca/Fiocruz e Comirnaty/Pfizer ao Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o MS, a incorporação reforça o reconhecimento da eficácia de ambos os imunizantes.

Covid-19: Ministério da Saúde promoveu fórum para debater sobre estratégias de vacinação em gestantes e lactantes

O Ministério da Saúde promoveu, na última terça-feira (29), o Fórum de Imunização em Gestantes e

Lactantes no contexto da Covid-19. O evento reuniu especialistas e membros da sociedade científica para discutir as estratégias de vacinação desse público: "temos a missão de trabalhar para pôr fim ao caráter pandêmico da Covid-19. Em relação as nossas gestantes, temos um compromisso dobrado: com o presente, cuidando das mães, e com o futuro, zelando pelos filhos que irão construir um Brasil melhor para nós", afirmou o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Brasil recebeu, na terça-feira (29), lote com 1 milhão de doses da vacina CoronaVac

Chegou ao Brasil, na terça-feira (29), lote com 1 milhão de doses prontas da vacina CoronaVac. Segundo informações do Ministério da Saúde, as doses passarão por processo de controle de qualidade, envase e rotulagem para, posteriormente, serem entregues ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Ministério da Saúde publicou Nota Técnica sobre intervalo entre as doses da vacina Comirnaty/Pfizer

Atendendo ao pedido de esclarecimentos formulado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) sobre o intervalo entre as doses da vacina Comirnaty, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech, o Ministério da Saúde divulgou, na última terça-feira (29), a Nota Técnica nº 836/2021.

De acordo com o órgão, estudos produzidos nos Estados Unidos e no Japão apontaram um maior pico de produção de anticorpos quando adotado o esquema de vacinação com intervalo de 12 semanas entre as doses, em comparação à estratégia de vacinação padrão de 21 dias. Além disso, o documento destacou que a aplicação do esquema vacinal de 12 semanas entre doses pode trazer ganhos substanciais na redução de óbitos por Covid-19, bem como na diminuição da transmissibilidade do vírus Sars-CoV-2.

Íntegra

[Nota Técnica nº 836/2021-CGPNI/DEIDT/SVS/MS](#)

Ministério da Saúde publicou, na terça-feira (29), a autorização de 646 leitos de UTI e 53 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar

Na última terça-feira (29), o Ministério de Saúde publicou as autorizações, em caráter excepcional e temporário, de **[646 leitos de Unidade de Terapia Intensiva \(UTI\)](#)** e **[53 leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar \(LSVP\)](#)** destinados ao atendimento exclusivo de pacientes confirmados ou com suspeita de Covid-19. Confira, a seguir, as portarias editadas pelo órgão:

- **[Portaria GM/MS nº 1.401, de 25 de junho de 2021](#)**
- **[Portaria GM/MS nº 1.402, de 25 de junho de 2021](#)**
- **[Portaria GM/MS nº 1.404, de 28 de junho de 2021](#)**

Após recomendação da CGU, Ministério da Saúde suspende temporariamente o contrato para aquisição da vacina Covaxin

Atendendo à recomendação da Controladoria-Geral da União, o Ministério da Saúde anunciou, na terça-feira (29), a suspensão temporária do contrato para aquisição da vacina Covaxin. Segundo o órgão, um dos motivos da suspensão é a ausência de autorização do uso emergencial ou definitivo da Covaxin pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Ainda, conforme informações da pasta, análise preliminar da CGU relativa ao contrato de compra do imunizante não constatou qualquer irregularidade. Contudo, a controladoria e a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde continuarão avaliando os termos do contrato: "abrimos uma investigação preliminar semana passada, isto é, uma auditoria específica em relação ao contrato. O tempo de suspensão vai durar tão somente o prazo da apuração. Colocamos a equipe reforçada para ser bastante célere no processo", explicou o Ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 29 de junho de 2021, informam que o Brasil registra 18.513.305 casos de infecção pelo novo coronavírus e 515.985 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Operação Efeito Adverso: Polícia Federal investiga suposto desvio de vacinas contra a Covid-19 no sul do Tocantins

A Polícia Federal deflagrou, na terça-feira (29), a Operação "Efeito Adverso". A ação objetiva apurar notícia-crime que trata sobre possível desvio de vacinas contra a Covid-19, no município de Gurupi/TO. De acordo com o órgão policial, se verificada a conduta delituosa, os envolvidos poderão ser indiciados pelos crimes de furto, peculato e receptação.

Fonte: Polícia Federal

Senado Federal prorrogou, por mais 120 dias, a Comissão Temporária da Covid-19

A Comissão Temporária da Covid-19, instalada no Senado Federal, para acompanhar as ações de combate à pandemia foi prorrogada por mais 120 dias e, dessa forma, estará em atividade até o fim de outubro.

Segundo o Presidente da Comissão, Confúcio Moura, a continuidade da comissão é fundamental para seguir ouvindo autoridades sobre os desdobramentos da pandemia.

Fonte: Senado Federal

ADPF 742: STF determinou que União amplie proteção contra Covid-19 a quilombolas que residem fora das comunidades

Em decisão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 742, o relator da ação, Ministro Edson Fachin, determinou à União que estenda as ações protetivas estipuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no Plano Nacional de Imunização e no Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia da Covid-19, aos quilombolas residentes fora das comunidades.

De acordo com o julgado, no caso controvertido deve ser aplicada a "declaração de pertencimento étnico" aos quilombolas que estejam fora de seus territórios em razão de estudos, atividades acadêmicas ou em tratamento de saúde próprio ou de familiares. Assim, ainda que fora da comunidade, o STF reconheceu aos quilombolas que se reconheçam como tal, o direito a serem incluídos no Plano Nacional de Imunização (PNI) e no Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 voltado a essa população.

Íntegra

[Decisão \(Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 742\)](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

Diário Oficial da União

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Extrato de Contrato nº 147/2021 \(UASG 250005 – DLOG\) - Processo: 25000.183215/2020-30. Inexigibilidade nº 11/2021. Contratante: Departamento de Logística em Saúde \(DLOG\). Contratado: EX2590188 - GRIFOLS S.A, representada nacionalmente pela empresa GRIFOLS BRASIL LTDA - CNPJ 02.513.899/0001-71. Objeto: Aquisição de Imunoglobulina Humana. Valor Total: R\\$ 26.674.200,00. Data de Assinatura: 28/06/2021.](#)

[Extrato de Contrato](#) - a) Termo de Contrato nº 36/2021, oriundo da Inaplicabilidade de Licitação 01/2020, celebrado em 14/04/2021 entre a HEMOBRÁS e a OCTAPHARMA AG, CNPJ 098.821.381-87 b) Objeto: Contratação de Produção e fornecimento dos Hemoderivados Solução de Albumina a 20% (vinte por cento), Concentrado de Imunoglobulina Humana Normal 5% (cinco por cento) endovenosa, Concentrado de fator VIII da Coagulação 500 UI e Concentrado de Fator IX da Coagulação 500 UI, a partir do aperfeiçoamento passivo do plasma excedente do uso terapêutico coletado nos Hemocentros. c) Valor: 225,00 euros por litro de Plasma Fresco Congelado d) Fundamentação Legal: Lei 13.303/16. e) Vigência: 36 (trinta e seis) meses nos moldes da Lei 13.303. f) Signatários: Contratante: Oswaldo

Cordeiro Paschoal Castilho - Presidente; Contratada: Roger Mäechler e Cornelius Marguerre - representantes legais g) Processo nº 25800.003002/2020.

[Portaria Ancine nº 556-E, de 29 de junho de 2021](#) - altera a Portaria Ancine nº 151-E, de 19 de março de 2020, que estabelece, em caráter excepcional, medidas administrativas para a mitigação dos impactos da Covid-19 no setor audiovisual e no que se refere às atribuições da Agência Nacional do Cinema (Ancine), nos limites de sua competência.

[Portaria GM/MS nº 1.446, de 29 de junho de 2021](#) - torna pública a decisão de incorporar a vacina da Fiocruz [ChAdOx-1 (vacina Covid-19 recombinante)] e a da Pfizer/Wyeth [BNT162b2 (vacina Covid-19)] para prevenção da Covid-19, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

[Portaria GM/MS nº 1.448, de 29 de junho de 2021](#) - cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Portaria GM/MS nº 1.453, de 29 de junho de 2021](#) - libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Portaria GM-MD nº 2.709, de 28 de junho de 2021](#) - suspender, até 31 de outubro de 2021, a apresentação anual para realização da atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados, bem como o bloqueio dos créditos relativos a proventos de inatividade e pensões por falta de realização da comprovação de vida, que voltarão a acontecer a partir de 1º de novembro de 2021

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>
Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>
Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>
Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791
Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>
Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>
Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>
Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>
Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>